

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Homem-bomba

Apenas na fase preliminar, a delação de Daniel Vorcharo tem poder de fogo para provocar um terremoto em pleno período eleitoral, segundo especialistas. “Pelo nível de conexões que vem sendo apontado, essa delação tem potencial de ultrapassar o campo jurídico e entrar diretamente no campo político, criando um cenário inesperado e jamais visto no país”, afirma o advogado constitucionalista Ilmar Muniz.

Efeito cascata

Se a delação avançar, prevê Muniz, as revelações de Vorcharo podem promover um efeito em cadeia, com desdobramentos de investigações, desgaste institucional e disputas de narrativas entre diferentes grupos de poder.

Mudança no ar

O Tribunal Superior Eleitoral publicou um Termo de Referência para a contratação de um novo serviço de transmissão de dados das urnas da região Norte durante as eleições de outubro. O edital deve sair em breve. Especialistas em tecnologia de satélite ouvidos pela coluna alertam, no entanto, que as novas exigências somente seriam atendidas pela Starlink, empresa de Elon Musk.

Vulnerabilidade

Além de um suposto direcionamento, alertam essas fontes, haveria o risco de vulnerabilidade na transmissão de dados coletados nas urnas da região Norte para o TSE.

Livre concorrência

Procurado pela coluna, o tribunal refuta as suspeitas sobre novos serviços de transmissão de dados eleitorais. Sustenta que não há qualquer direcionamento a uma empresa particular. Pelo contrário, o certame vai aumentar a participação de fornecedores que utilizem diferentes tipos de satélites.

Profundas divisões entre os Supremos

O voto de Gilmar Mendes que confirmou a prisão preventiva de Daniel Vorcharo chamou mais atenção pelas divisões instaladas dentro do Supremo Tribunal Federal do que propriamente a unanimidade na 2ª Turma em relação ao acusado. O decano fez severas ressalvas ao voto do ministro André Mendonça, baseado em “conceitos elásticos” e “clichês” para decretar a prisão de Vorcharo.

Não se deve esperar unidade de pensamento em um colegiado constantemente requisitado para julgar temas complexos. Mas o caso Master expôs de maneira poucas vezes vista as divergências e contradições presentes na Suprema Corte. Antes de Dias Toffoli se declarar impedido de julgar o caso de Daniel Vorcharo, o STF em peso asseverou que ele teve conduta irretocável enquanto exerceu a relatoria do processo.

Esta semana, a Corte teceu vastos elogios ao ministro Alexandre de Moraes, em meio aos



parcos esclarecimentos sobre os contatos entre Vorcharo e o ministro no dia da primeira prisão do banqueiro. Essas dúvidas e fissuras no âmbito do STF dificultam a cruzada moralizadora do ministro Edson Fachin em favor da instituição, que enfrenta momento crítico na opinião pública.

Voto seguro

O TSE também afirma que o sigilo das informações está preservado. “A solução prevista estabelece que a comunicação de dados será realizada exclusivamente por meio de aplicação própria da Justiça Eleitoral, utilizando rede virtual privada (VPN) institucional, não sendo admitida a substituição por mecanismos de segurança providos pela solução satelital”, informa, em nota.

Mulheres no TCU

A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) apresentou um projeto de decreto legislativo no qual propõe ampliar a presença de mulheres na composição do Tribunal de Contas da União. A ideia é assegurar a equidade na formação da corte, formada por nove ministros.

Alternância

O Legislativo tem direito a seis indicações no TCU, divididas entre a Câmara e o Senado. A proposta de Talíria Petrone recomenda uma alternância no preenchimento das vagas, de modo a garantir ao menos a indicação de uma mulher entre os integrantes do TCU.

Clube masculino

Ao longo de mais de 100 anos de história, o TCU teve apenas duas mulheres entre os 103 ministros: Élvia Lordello Castello Branco, nomeada em 1987; e Ana Arraes, nomeada em 2011.

Apoio à causa

O ministro Bruno Dantas apoia a iniciativa. “O tema não é episódico. Ele traduz uma exigência institucional do nosso tempo (...). Trata-se de um debate que transcende preferências conjunturais: diz respeito à coerência republicana, à legitimidade das instituições e à qualidade das decisões públicas”, escreveu em uma rede social.

PODER

Cela comum e visita de advogado

Possibilidade de uma delação de Vorcharo, preso na Superintendência da PF, está em análise e dependerá da estratégia da defesa

» IAGO MAC CORD
» VANILSON OLIVEIRA

O ex-banqueiro Daniel Vorcharo, dono do Master, passou a primeira noite na sede da Superintendência da Polícia Federal (PF) em uma cela comum, após ser transferido do Presídio Federal de Brasília na quinta-feira. Na manhã de ontem, ele recebeu a visita do advogado Sérgio Leonardo, que permaneceu no local por cerca de 2h30. O empresário negocia um acordo de delação premiada, que pode revelar uma rede envolvendo parlamentares, membros do Judiciário e até organizações criminosas.

O **Correio** conversou com fontes ligadas à PF e apurou que Vorcharo está em uma cela comum, e não em uma especial, como ficou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado.

A transferência de local de detenção ocorreu imediatamente após Vorcharo assinar um termo de confidencialidade, etapa obrigatória para o início das negociações de uma delação premiada. O investigado tem como advogado José Luís Oliveira Lima, o “Juca”, conhecido por atuar em delações de alto impacto, como a de Léo Pinheiro na Operação Lava-Jato.

A partir de agora, Vorcharo precisa contribuir de forma convincente e apresentar as provas para cada revelação quer fizer e, segundo especialistas ouvidos pelo **Correio**, não existe um prazo mínimo para isso. As provas precisam ser contundentes e serão avaliadas pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso e quem decidirá a validade do material e das declarações.

Embora a PF já possua dispositivos eletrônicos e dados do iCloud

entregues pela Apple à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o poder de barganha de Vorcharo permanece relevante.

Para Guilherme Alonso, advogado especialista em direito e processo penal e sócio da Dotti Advogados, o cerco probatório eletrônico não esgota o interesse das autoridades. “O conhecimento do investigado sobre os fatos em apuração e sobre outras ocorrências correlatas é um ativo fundamental. A indicação de coautores ainda desconhecidos ou sob suspeição superficial pode interessar às autoridades que, em tese, teriam acesso irrestrito a todas as informações”, explicou.

O especialista destacou que a colaboração pode facilitar a recuperação de ativos. “A internalização de valores mantidos no exterior sem resistência do investigado é um objetivo central, que mantém o poder de barganha remanescente.”

Sobre o sigilo das tratativas, Alonso esclarece que o termo de confidencialidade é um requisito legal (Lei nº 12.850/2013) e sinaliza um momento embrionário. Segundo o advogado, o vazamento de informações antes da homologação pode ser fatal para o acordo. “A lei prevê expressamente a quebra da confiança e da boa-fé, o que pode motivar a autoridade a não prosseguir com as tratativas ou configurar causa de rescisão”, pontuou.

Investigadores descrevem o arquivo de Vorcharo — que inclui registros de conversas e documentos de uma década — como um “monstro grande demais para ser abafado”. Contudo, Alonso advertiu que, juridicamente, a palavra do colaborador não caminha sozinha.

“O acordo de colaboração premiada não é uma prova, mas um meio de obtenção de prova. A

Reprodução/Redes Sociais



Vorcharo terá de contribuir de forma decisiva e apresentar provas para ter a delação avalizada

palavra do colaborador não pode, isoladamente, fundamentar medidas cautelares, o recebimento de denúncia ou sentença condenatória”, afirmou.

Elementos

Para que as denúncias se sustentem, serão necessários elementos de corroboração como extratos bancários, registros de logs e depoimentos de terceiros, que serão valorados pelo magistrado sob o “livre convencimento motivado”.

Diante de prejuízos estimados em R\$ 50 bilhões ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o objetivo primário da defesa é a liberdade. Alonso observa que, embora o réu busque redução de pena ou regime aberto, a imunidade total é difícil para líderes de organizações

criminosas. Além disso, o especialista diferencia o caso atual da Operação Lava-Jato.

“Não acredito que se torne uma ‘nova Lava Jato’. A gravidade é compatível, mas a dinâmica de apuração no STF é muito particular”, analisou. Ele recordou que, na Lava-Jato, a prisão em segunda instância impulsionava os acordos, cenário que mudou. “O caso Banco Master tem potencial explosivo, mas os poderes que o envolvem são muito distintos”, concluiu.

O advogado Berlinque Cantelmo destacou que há uma distinção importante entre os instrumentos jurídicos frequentemente mencionados no caso. “Do ponto de vista legal, o que existe é a colaboração premiada, o acusado consegue melhores benefícios e penalidades.

explicou. Segundo ele, a colaboração é um acordo formal, com regras e cláusulas, que permite ao investigado fornecer informações mais amplas, como a estrutura da organização, divisão de tarefas, recuperação de ativos e prevenção de crimes.

Já a delação, conforme o especialista, tem caráter mais restrito e está ligada à incriminação de terceiros. “Quem delata é quem, de fato, participa. E, ao apontar outros envolvidos, também se coloca como alvo de responsabilização”, frisou. Nesses casos, a atuação tende a ser mais pontual, com foco na indicação de envolvidos, e com menor margem de negociação de benefícios. No caso de colaboração, o acusado consegue melhores benefícios e penalidades.

Lula faz afagos a Pacheco

» VICTOR CORREIA

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), principal cotado para concorrer ao governo de Minas Gerais como aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi incensado ontem pelo chefe do Executivo e outros integrantes da gestão petista durante evento da Petrobras no estado.

Pacheco colheu elogios, especialmente por ter liderado as discussões sobre a renegociação das dívidas dos estados. Porém, questionado, evitou cravar se será candidato. Disse que há outros nomes na mesa que devem ser levados em consideração. O senador admitiu, por outro lado, que está discutindo a possibilidade com seus aliados políticos.

Pacheco esteve com Lula no anúncio de R\$ 9 bilhões em investimentos da Petrobras na Refinaria Gabriel Passos (Regap). Na cidade, foi citado em todos os discursos. “Hoje é um dia de festa aqui em Minas Gerais. A gente já deveria ter feito muito mais, porque, graças a esse moço aqui (dirigindo-se a Pacheco), a gente fez um acordo da dívida de Minas Gerais, que não pagava o governo há muitos anos”, declarou o presidente Lula.

A aprovação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) foi marco da presidência de Pacheco no Senado. O parlamentar foi o autor do projeto.